

GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES: avaliação da aprendizagem (1950)

Rafaela Neves Teixeira

Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0051-5288>

E-mail: nevestrafaela@gmail.com

Sandra Elaine Aires de Abreu

Doutora em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6242-961X>

E-mail: sandraeaa@yahoo.com.br

Resumo

Pela lei Estadual n. 75, de 27 de outubro de 1936, foi criado o primeiro grupo escolar da cidade de Corumbá de Goiás, denominado então como Grupo Escolar João Mendes. O objetivo geral da pesquisa é analisar e descrever o processo da avaliação da aprendizagem do Grupo Escolar “João Mendes” de Corumbá de Goiás em 1950. As análises e descrições dos exames realizados e registrados no ano de 1950 permitiram compreender como era o processo avaliativo do grupo escolar e a demais exigências que eram colocadas pela legislação da época. A delimitação do tempo se justifica pelo fato de ter sido estabelecido a Lei Orgânica do Ensino Primário em 1946 e o Regulamento Goiano em 1949. O presente trabalho utilizou como método a pesquisa qualitativa que foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A análise documental foi feita a partir da legislação e a ata de exames do Grupo Escolar João Mendes no ano de 1950, um documento que nunca foi pesquisado. A forma de avaliação do período pesquisado se deu através dos exames orais, que foram registrados nas atas com as respectivas médias dos alunos aprovados e reprovados e através dos números de alunos matriculados, é possível notar a diminuição dos alunos de acordo com o avanço das séries, o índice de aprovação e reprovação e as suas médias.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Avaliação da Aprendizagem. Grupo Escolar João Mendes. Corumbá de Goiás.

JOÃO MENDES SCHOOL GROUP: *learning evaluation* (1950)

Abstract

By State law n. 75, of October 27, 1936, the first school group in the city of Corumbá de Goiás was created, then called Grupo Escolar João Mendes. The general objective of the research is to analyze and describe the learning assessment process of the “João Mendes” School Group from Corumbá de Goiás in 1950. school group and other requirements that were placed by the legislation of the time. The delimitation of time is justified by the fact that the Organic Law of Primary Education was established in 1946 and the Goiano Regulation in 1949. The present work used qualitative research as a method, which was developed through literature review and document analysis. The documental analysis was based on the legislation and the exam minutes of the João Mendes School Group in 1950, a document that has never been researched. The form of evaluation of the researched period was through oral exams, which were recorded in the minutes with the respective averages of pass and fail students, and through the number of enrolled students, it is possible to notice the decrease in students as the grades progress, the pass and fail rate and their averages.

Keywords: School Group. Learning Assessment. João Mendes School Group. Corumbá de Goiás.

Introdução

O tema desta pesquisa insere-se no âmbito dos estudos históricos das instituições educacionais no Brasil no período republicano brasileiro. No amplo universo das instituições educativas, suas unidades e ramos de ensino, o foco deste estudo incide sobre a instrução primária estabelecida nos grupos escolares.

A implantação dos grupos escolares no Brasil foi um dos aspectos do projeto republicano de modernização da nação e civilização das massas. E a escola primária foi um instrumento de divulgação dos valores republicanos.

“Os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde eram ministrados o ensino primário enriquecido e enciclopédico, utilizando os mais modernos métodos pedagógicos existentes na época.” (SOUZA, 1998, p.16). Referente aos saberes transmitidos, os grupos escolares tomam um currículo enciclopédico, abrangendo noções sobre o homem, a sociedade e o mundo com as seguintes matérias: aritmética e geometria, linguagem, leitura, gramática, escrita, caligrafia, história e geografia, ciências físicas, químicas e naturais, higiene, desenho,

exercícios ginásticos e trabalhos manuais. A doutrina cristã não estava presente no currículo, devido ao caráter laico do Estado brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal de 1891. O currículo dos grupos escolares visava a educação integral, física, intelectual e moral dos alunos

No contexto de criação e expansão dos grupos escolares em Goiás destacamos a criação do grupo escolar “João Mendes” na cidade de Corumbá de Goiás. O Grupo Escolar foi criado pela Lei n. 75, de 27 de outubro de 1936. Tornando-se o primeiro grupo escolar de Corumbá de Goiás e a 4ª escola pública da cidade. Dos vários aspectos que poderiam ser pesquisados na referida unidade de ensino, delimitamos como objeto de estudo o processo de avaliação da aprendizagem, no ano de 1950.

A eleição do ano de 1950 se justifica pelo fato de ter sido estabelecido a Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946¹, conhecida por Lei Orgânica do Ensino Primário, e o Decreto n. 805, de 28 de janeiro de 1949², que regulamenta a lei de 1946, conhecido como Regulamento de instrução primária de 1949, sendo estas as legislações que normatizam o processo de avaliação da aprendizagem no grupo escolar “João Mendes” no período delimitado para a pesquisa.

A relevância do período delimitado para o estudo deve-se ao fato da nova legislação estabelecida, tanto no Brasil, quanto em Goiás. A Lei Orgânica do Ensino Primário representa um marco importante para a instrução primária por ser uma lei de caráter nacional, já que desde 1834, a legislação para o referido ramo de ensino era de caráter estadual.

A lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida por Ato Adicional, estabeleceu que as províncias poderiam criar e manter os estabelecimentos de ensino primário e secundário de acordo com seus interesses e necessidades; regulamentar sua organização e seu funcionamento e prover suas cátedras, prestando contas ao poder central através de relatórios. (ABREU, 2006). Nesse sentido, o ano de 1950, era ano das adequações à lei nacional e ao novo regulamento de instrução primária estadual.

Neste contexto, estabelecemos como objetivo geral da pesquisa analisar e descrever o processo da avaliação da aprendizagem do Grupo Escolar “João Mendes” de Corumbá de Goiás em 1950. O presente trabalho utilizou como

¹ Lei nacional.

² Regulamento de Instrução do Estado de Goiás.

abordagem a pesquisa qualitativa que foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. A concepção historiográfica adotada foi a Renovada, assim utilizamos como fontes principal a ata de exames do grupo escolar “João Mendes” nos anos de 1949 a 1951, e a legislação educacional nacional e estadual. As atas de exames de promoção e exames finais do grupo escolar “João Mendes” registram os seguintes dados: dia da realização dos exames, a banca examinadora designada para cada série, o número de alunos matriculados, a média dos alunos aprovados e reprovados e os alunos promovidos. Além da Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, e do Decreto n. 805, de 28 de janeiro de 1949, utilizou-se também o Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, por ser a legislação goiana em vigor no momento de criação do grupo escolar “João Mendes”.

A criação dos grupos escolares no Brasil, em Goiás e em Corumbá de Goiás

No século XIX e início do século XX, no Brasil, a escola foi facultada a poucos, relegando ao analfabetismo uma massa popular. Embora, tenha havido uma expansão da escola elementar às camadas populares, a população escravizada foi excluída do processo educativo escolar, já que a Constituição de 1824 estabelecia instrução primária gratuita apenas aos cidadãos (art. 179), não sendo cidadão, a pessoa escravizada, estava proibida de frequentar os “bancos escolares”. E essa camada constituía a maior parte da população brasileira, não considerando aqui a população indígena. No final do período imperial, após a promulgação da Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), todas as pessoas escravizadas tornaram-se cidadãos brasileiros. Cidadãos analfabetos. Neste sentido, a república brasileira, estabelecida em 1889, nasceu “analfabeta”. Em consequência dessa nova situação instalada, os poderes públicos, educadores, empresários, durante a primeira república, implementaram algumas ações no sentido de diminuir o índice de analfabetismo no Brasil. Essas ações foram denominadas por Jorge Nagle (1976) de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico.

Após a abolição houve um êxodo das pessoas ex-escravizadas para os centros urbanos. Na década de 1920, as imagens do negro e do mestiço “vadio” inquietavam a sociedade. O liberto e seus descendentes eram estigmatizados como criaturas

primitivas e por isso propensas à vadiagem. O poder público, entendeu que organizar o trabalho nacional era, sobretudo fixar o homem no campo, para conter o fluxo migratório para as cidades e vitalizar a produção rural. Embora, esta população liberta se tornara uma grande oferta de mão de obra barata, havia um inconveniente, a falta de instrução dessa parcela da população, e isso a tornava um freio ao progresso. (CARVALHO, 1989).

Neste contexto, a escola seria o instrumento que superaria os entraves da marcha para o progresso. A educação seria a solução para os “problemas educacionais”, ou seja, formar o país, transformar o povo e constituir a nação. Regenerar a população tornando-as produtivas era o que se esperava da educação. (CARVALHO, 1989).

Segundo Souza (1998), as representações sobre a educação em vigor no Brasil surgiram no fim do século XIX, que de um modo geral fazem parte da concepção liberal da educação que se apropriou do pensamento e da política educacional naquele determinado período.

Vitória das luzes e razão sobre as trevas e ignorância. ‘Alicerce das sociedades modernas, garantia da paz, de liberdade, de ordem e do progresso social’, elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo (SOUZA, 1998, p.16, grifos do autor).

A educação foi vista como elemento formador do indivíduo, responsável pela criação do homem moral, foi subordinada à cidadania e, importante para a formação do cidadão. Vinculada com a valorização da ciência e com a cultura letrada, a educação era a explicação para os atrasos da sociedade brasileira e também a solução para os mesmos. (SOUZA, 1998).

Ao final do século XIX, um amplo projeto de civilização foi gestado e a educação foi elevada como uma necessidade política e social. Para a consolidação do regime republicano foi exigida a alfabetização a fim de que as pessoas pudessem ter participação política, difundindo assim a instrução primária. A educação popular passou, então, a ser considerada unidade impulsionadora da civilização da nação brasileira e outros aspectos de ordem social. (SOUZA, 1998).

Esse estado de espírito resultou em reformas educacionais nos vários estados brasileiros, modificando os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. “A República idealizada teve que sofrer amputações para se ajustar às condições objetivas da existência social brasileira dos trinta primeiros anos”. (NAGLE, 1976, p.100). As reformas educacionais empreendidas no país durante a primeira república foram estaduais. No governo Vargas (1930-1945) foram empreendidas as reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema (ou Leis Orgânicas do Ensino) de caráter nacional.

Foi no contexto destas transformações, na transição do período imperial para o período republicano, especificamente, durante a primeira república que os grupos escolares foram criados no Brasil e a escola primária foi disseminada nas regiões que tinham condições de oferecê-las, ficando, então, sob a responsabilidade de cada Estado, com suas especificidades próprias. A criação e a implantação dos grupos escolares cresceram por todo Brasil, principalmente de 1916 a 1929, assim, esse modelo educacional foi ganhando espaço e se configurando como principal escola de ensino primário no período. (SILVA, 2016).

Os grupos escolares propiciaram a organização do ensino, a divisão de funções, tendo assim o diretor, professor, faxineiros, e entre outros. Houve a divisão dos alunos de acordo com os seus níveis de conhecimento, o ensino seriado, a organização curricular, o calendário escolar para o controle do tempo e dos conteúdos. Foi na configuração da criação dos grupos escolares que além de uma nova configuração na estrutura física da escola, surgiu uma organização para o tempo escolar. A presença era obrigatória, o calendário escolar, as férias e os feriados, horário das aulas e descanso. Foram implantadas também as avaliações, os exames normatizados como atividades sistêmicas do ensino primário. (SILVA, 2016). O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se da seguinte forma:

Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião das escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram mudanças no ensino primário: a racionalização e padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de

programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p.49).

Os primeiros grupos escolares públicos do estado de Goiás, surgiram-no final da década de 1910, visto que já haviam implementado esse modelo em outros estados. Apesar da criação de outros grupos escolares antecedentes a esse período, a referência dos grupos goianos foi o modelo paulista. (ALVES, 2008), como dito anteriormente.

O modelo de instrução primária paulista foi então apropriado pelas elites goianas e divulgados em diferentes momentos como um ideal de superação de atraso da instrução primária em Goiás, representaram um desses pilares de renovação. Mesmo antes da sua configuração no ensino público, o grupo escolar era anunciado por algumas instituições privadas como modelo de modernidade (ALVES, 2008, p.2).

A partir da criação do primeiro grupo escolar em 1919, houve uma expansão significativa, mas ainda prevaleciam a predominância das escolas isoladas no Estado, isso se justifica pelas exigências dadas para a implementação de um grupo escolar, o que representou o impedimento para a sua rápida difusão no estado de Goiás. Isso se concluiu através da análise de uma tabela orçamentária para escolas isoladas e grupos escolares, os custos para a criação e manutenção de 16 grupos escolares, no ano de 1930, era o que se pouco menos gastava para manter 193 escolas isoladas. Porém os dados indicavam prioridade dada ao governo estadual aos grupos escolares em comparação com as escolas isoladas, devido à necessidade de as elites projetarem um ideal de modernidade por meio da escolarização. (ALVES, 2008).

Vendo que as dificuldades para o cumprimento da legislação impediam a difusão dos grupos escolares, o governo estadual determinou que para a construção dos prédios destinados aos grupos, o governo entraria em acordo com o município, pagando a metade das despesas. (ALVES, 2008).

Havia a dificuldade de o governo estadual organizar uma rede escolar que na maioria das cidades goianas, incluindo a capital, implicaria a construção de prédios escolares, aquisição de mobiliário e material didático. Assim mais uma vez na história goiana, foi necessário recorrer às municipalidades e dividir com elas as despesas de criação e manutenção dos grupos escolares. (ALVES, 2008, p. 4)

Em 1920, o estado de Goiás tinha somente o grupo escolar da capital do estado. Em 1921 foi publicada uma lei de criação de cinco grupos escolares. No decorrer da segunda metade dos anos 20, os grupos escolares expandiram no estado de Goiás, passando oito grupos para 16, no ano de 1930. E ao decorrer da década de 1920, os grupos escolares foram disseminados no Estado e ocorreu também uma difusão de um novo modelo de escola que essencialmente consolidou a forma escolar do século XIX. (ALVES, 2008).

Neste contexto de expansão dos grupos escolares em Goiás, em 1937 foi inaugurado em Corumbá de Goiás o Grupo Escolar “João Mendes”, criado pela Lei Estadual nº75, de 27 de outubro de 1936, sendo a primeira escola da cidade a ter diretora, porteiro, meninos e meninas na mesma classe e um prédio especialmente para a unidade de ensino. (ORIGEM DA ESCOLA, [197-?]).

Na época, o prefeito municipal André Gaudie Fleury Curado, com o orçamento público de 100,00 (cem contos de reis) e juntamente com a doação de 25,00 (vinte e cinco contos de reis) do Major da Guarda Nacional, João Mendes de São Boaventura, o acabamento do prédio do grupo escolar foi concluído e mobiliado. Seu primeiro prédio próprio foi situado na Rua 21 de Abril. Em 1939, seu segundo prédio foi feito pela prefeitura. (ORIGEM DA ESCOLA, [197-?]).

O Grupo Escolar “João Mendes”, representou uma inovação, e parte da doação feita fazia parte do legado de João Mendes de São Boaventura, como cita Curado (2014, p. 43):

Entre 1937 e 1981, seis estabelecimentos de ensino foram criados, Grupo Escolar João Mendes, edificado pelo prefeito André Gáudie Fleury Curado com recursos do município e o legado do fazendeiro João Mendes. Inovou pelo prédio próprio e classes mistas. Sua primeira diretora, a normalista Eunice Fleury Curado e auxiliar de disciplina Jerônimo Realino Curado.

A denominação do Grupo Escolar “João Mendes” se deu em homenagem ao Major João Mendes, devido a seus feitos, doador de parte do orçamento para concluir ao acabamento do grupo escolar.

O processo da avaliação da aprendizagem no Grupo Escolar João Mendes (1950)

Como dito anteriormente o processo de avaliação da aprendizagem no grupo escolar João Mendes no ano de 1950, foi normatizado pela Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, e pelo decreto n. 805, de 28 de janeiro de 1949, estabelecendo novas orientações para o processo de avaliação da aprendizagem. Consideramos “novas orientações”, se compararmos com o processo de avaliação da aprendizagem determinado pelo Estado de Goiás desde a primeira República, tendo como parâmetros as prescrições dos regulamentos anteriores (1893, 1900, 1925, 1930 e 1937). As alterações mais marcantes incidiram na descrição da periodicidade das provas, a forma de registro das notas e alguns critérios de aprovação/reprovação.

Durante o período imperial e republicano até o final da década de 1940, as notas eram expressas em forma de conceitos. Como, por exemplo, o prescrito no Regulamento de 1937, que estabelecia os seguintes conceitos: sofrível (1 a 5), boa (6 a 9), ótima (10) e má (zero), para o registro do aproveitamento dos alunos. (GOIAZ, 1937). Enquanto a Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Art. 20), e o decreto n. 805, de 28 de janeiro de 1949 (Art.30), estabeleceram que as notas deveriam ser graduadas de 0 a 100, extinguindo os conceitos como resultado final da avaliação da aprendizagem. Podemos dizer que o aproveitamento expresso por notas de 0 a 100 foi uma novidade da legislação em análise.

Conforme o Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiás, como forma de avaliação, o professor deveria lançar semanalmente no livro de chamada, as notas de aproveitamento e comportamento do aluno (art. 94). De acordo com o Art. 94, as notas de aproveitamento se graduariam de 0 a 100, e seriam atribuídas de 10 em 10 (GOIAZ, 1949). o comportamento também seria um aspecto no cômputo da avaliação, o que foi explicitado nos deveres dos alunos.

Art. 133- São deveres do aluno:

- a) comparecer ao estabelecimento com pontualidade, e dele não se retirar sem licença do Diretor;
- b) proceder sempre com urbanidade dentro e fora da escola;
- c) preparar convenientemente exercícios e lições;
- d) atender às recomendações dos professores e funcionários;
- e) frequentar, assiduamente, as aulas e trabalhos complementares de natureza obrigatória;
- f) não danificar os objetos escolares;

g) comparecer às festas escolares e solenidades cívicas. (GOIAZ, 1949).

Os exercícios teriam um caderno próprio para registro e estariam à disposição dos funcionários destinados à inspeção escolar (Art. 95). (GOIAZ, 1949). Aos alunos que não cumprissem com os seus deveres as únicas penas aplicáveis eram as notas baixas de comportamento; comparecimento perante ao diretor ou inspetor; admoestação na diretoria e suspensão por três dias. (Art. 136). (GOIAZ, 1949).

Era obrigação da escola fornecer aos alunos e aos pais um boletim mensal, de acordo com o modelo fornecido pela secretaria de educação, contendo as notas de aproveitamento e comportamento e exames, as frequências às aulas e trabalhos, e outras anotações que competia ao professor quando considerasse necessário (Arts. 94, 134). (GOIAZ, 1949).

No que diz respeito aos direitos dos alunos, estes não poderiam ser desviados em nenhuma circunstância de seus estudos durante as aulas e não poderia ser empregado a fazer nenhum serviço de juízo dos funcionários. (Art. 135). (GOIAZ, 1949).

No que concerne as provas, o regulamento de 1949 estabeleceu duas provas escritas anuais, sendo que a primeira, aconteceria de 20 a 30 de junho, e a segunda, de 20 a 30 de novembro. (Art.18, §2º) e os exames finais, orais e práticos que seriam realizados de 1º a 15 de dezembro e exames no tempo próprio. Teriam direito de realizar o exame de 2ª chamada os alunos que estivessem com doenças impeditivas ou por luto, por morte de pais e irmãos. (Art. 18, §3º), e também aos que não tivessem obtido nota final cinquenta, em uma ou duas disciplinas (§1º, Art.32). (GOIAZ, 1949).

O Regulamento de 1949 especifica os exames e as notas finais separadamente para o curso primário elementar, complementar e supletivo. Com relação às provas e exames do curso primário elementar, especificou, as provas de junho, seriam escritas, das disciplinas de linguagem e matemática; as provas finais, de novembro e dezembro, seriam escritas e orais, para as disciplinas de linguagem e matemática; seriam apenas orais as de História e Geografia do Brasil, Conhecimentos gerais aplicados à vida, à saúde e ao trabalho e práticas, as de trabalhos manuais e canto

orfeônico e gráficas as de desenho. A caligrafia seria apreciada (avaliada) no julgamento de todas as provas, entrando como coeficiente no cômputo das notas. (Art. 35 - GOIAZ, 1949).

Quanto aos exames e notas finais do curso primário complementar a prescrição estabelece que as provas serão escritas e orais, realizadas em junho, novembro e dezembro, sendo que as provas orais serão realizadas em dezembro. Serão escritos e orais os exames das disciplinas de Leitura e Linguagem, Aritmética e Geometria e, gráficas as de desenho, Geografia e História, Ciências Naturais e Higiene, Conhecimentos das atividades Econômicas de Goiás; serão práticas os exames de trabalhos manuais, canto orfeônico, educação física (Art.36 - GOIAZ, 1949).

No tocante à composição das notas finais, tanto do curso elementar quanto do complementar, de Leitura, Linguagem e Matemática seria a média aritmética de três componente avaliativos: 1) nota anual de aproveitamento, 2) média da prova de junho e novembro, 3) nota de exame oral. Em relação às disciplinas História e Geografia do Brasil, Conhecimentos gerais aplicados à vida, à saúde e ao trabalho seria a média aritmética das notas dos exames orais e a nota anual de aproveitamento. Para as demais disciplinas, a média aritmética da nota do exame prático ou gráfico e a nota anual de aproveitamento. (art.35). A nota anual era obtida da seguinte forma: os alunos receberiam uma nota mensal atribuída pelo professor, com exceção dos meses de férias³, e a partir dessas notas mensais seria feita a nota anual por média aritmética. (Art. 31). As disciplinas de educação física, economia doméstica e puericultura eram de frequência obrigatória, mas não eram objeto de notas de aproveitamento. (Art. 31, § único - GOIAZ, 1949).

A composição da nota mensal ocorria da seguinte maneira: o professor lançava semanalmente no livro de chamada, as notas de aproveitamento e comportamento dos alunos, graduadas de 0 a 100, atribuídas de 10 em 10. E as notas de comportamento permaneciam em forma de conceito como ocorria em Goiás desde

³ O aluno escolar possuía 8 meses, dividido em dois períodos: de 1º de março a 30 de junho, e de 1º de agosto a 30 de novembro. E o período de férias de 15 de dezembro a 15 de fevereiro e 1º a 31 do mês de julho. (Art. 18) (GOIAZ, 1949). Como as aulas iniciam em 1º de março, entendemos que do dia 15 de fevereiro ao último dia do mês era destinado aos exames de segunda época, podendo inferir que o período destinado aos exames finais (1ª e 2ª épocas) não eram contados como letivos.

o período imperial, da seguinte forma: 0 (má), de 10 a 30 (sofrível), de 40 a 60 (regular), de 70 a 90 (boa) e 100 (ótima). (Art.94). (GOIAZ, 1949).

Estaria habilitado nos trabalhos escolares no final do ano os alunos que tivessem obtido, no mínimo, nota final cinquenta em cada disciplina (Art.32). Estes estariam aptos a realizar os exames finais. Aos alunos que não conseguirem habilitação em uma ou duas disciplinas teria o direito de realização dos exames finais de segunda época. (§1º). (GOIAZ, 1949). Inferimos que deveria haver um processo de recuperação do aluno na(s) disciplina(s) em que não foi(aram) habilitado(s), para justificar a possibilidade de fazer os exames finais de segunda época. Embora o regulamento não faça nenhuma menção sobre um processo de “recuperação” do aluno. E considerando que no Art.18, o direito a esse exame estava destinado aos alunos que estivessem doente ou em caso de falecimento de algum membro da família.

Analisando essas especificações, podemos dizer que havia uma espécie de “filtro” de quem poderia fazer os exames finais, ou seja, durante o ano letivo o aluno teria que ter no mínimo um aproveitamento de 50% para poder realizar os exames finais. Outro aspecto que também não permitiria que o aluno realizasse o exame final era se ele tivesse faltado 25% das aulas e trabalhos práticos, bem como os que faltaram 30%, das sessões de educação física (Art33), salvo o disposto no art. 29, ou seja, com exceção dos alunos que tivessem sido dispensados pelo Serviço de Assistência Médica escolar, de certas lições, aulas de ginástica e excursões escolares. Nesse sentido, podemos dizer que nota e frequência eram critérios para a aprovação e reprovação dos alunos no ensino primário em Goiás em 1950.

Considerando as prescrições da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) e do Regulamento goiano (1949), passamos a analisar o processo de avaliação da aprendizagem do grupo escolar “João Mendes” de Corumbá de Goiás.

No ano de 1950, a referida unidade de ensino contava com as seguintes séries: 1º ano, sendo 1º ano atrasado e 1º ano adiantado; 2º ano; 3º ano; 4º ano e 5º ano. A Lei Orgânica do Ensino Primário, estabelecia um ensino primário fundamental ministrado em dois cursos: o elementar, com 4 (quatro) anos de estudos e o complementar com 1 (um) ano de estudo. (Art., 3 e 7) .(BRASIL, 1946). Desta forma,

inferimos que o 5º ano do grupo escolar “João Mendes” é o curso complementar, denominado pela referida unidade de ensino como 5º ano.

Os exames finais do Grupo Escolar “João Mendes” foram realizados do dia 1 a 12 de dezembro de 1950, nas seguintes datas: 1 de dezembro, 1º ano atrasado; 12 de dezembro, 1º ano adiantado; 4 de dezembro, 2º ano; 5 de dezembro, 3º ano; 6 de dezembro, 4º ano; 7 de dezembro, 5º ano. (GRUPO ESCOLAR, 1950). No período analisado não houve o registro de realização da segunda chamada.

Considerando a avaliação do grupo escolar no ano de 1950 a partir das atas de exames e promoções, em relação ao número de alunos matriculados, presentes e ausentes, aprovados e reprovados, elaboramos o quadro I:

Quadro I- Número de alunos matriculados, ausentes e presentes, aprovados e reprovados nos exames de promoção e final - 1950

Situação	1º ano atrasado		1º ano adiantado		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano*	
Alunos matriculados	62	100%	32	100%	26	100%	20	100%	17	100%	-	-
Alunos presentes	61	98%	31	97%	23	88%	20	100%	17	100%	13	-
Alunos ausentes	1	2%	1	3%	3	11%	-	-	-	-	-	-
Alunos aprovados	34	55%	23	72%	15	58%	16	80%	14	82%	11	85%
Alunos reprovados	27	43%	8	25%	8	31%	4	20%	3	18%	2	15%

* Na ata dos exames do 5º ano não há o registro do número de alunos matriculados, o percentual descrito foi feito através do número de alunos presentes no dia dos exames.

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

Analisando o quadro I, quanto ao número de alunos matriculados, verificamos que o maior número está no 1º ano atrasado, que pode ser explicado pelo fato de ser o ano de ingresso no grupo escolar e o menor número no 4º ano, que pode ser justificado pelo fato das desistências e reprovações que vão ocorrendo ao longo do percurso.

Outro aspecto que chama atenção é o número de alunos que compareceram ao exame de promoção e final. Embora, o 4º ano tenha o menor número de alunos matriculados, apresenta 100% de comparecimento aos exames, bem como maior índice de aprovação, 82%. Podendo indicar que os alunos foram sendo selecionados

durante os anos anteriores, indo para o quarto ano os alunos mais dedicados aos estudos. Ressaltamos, que apesar do quinto ano apresentar 85% de aprovação dos alunos que se apresentaram aos exames, não sabemos quantos estavam matriculados, já que este dado não foi registrado na ata de exame final.

Os dados revelam que o 3º ano também teve 100% de comparecimento, seguido do 1º ano atrasado com 98%, o 1º ano adiantado com 88%. No cômputo geral a presença aos exames é significativa, numa média de 80% de comparecimento. Enquanto o não comparecimento foi maior no 2º ano, com 11%.

O menor índice de aprovação foi no 1º ano atrasado, de 55%, que pela sua classificação (atrasado) deve justificar esse índice, provavelmente por serem alunos que estão frequentando a escola pela primeira vez. Seguido do 2º ano com 58%, que também pode ser explicado, em baixo índice, por ter sido a turma que teve o maior índice de alunos que não compareceram para realizar os exames, o que lhe dá o 2º lugar entre os anos com maior índice de reprovação, sendo de 31% de alunos presentes reprovados nos exames e 11% de alunos ausentes que foram reprovados. Apesar dos demais anos apresentarem índices menores de reprovação e levando em consideração as reprovações por ausência, as porcentagens são significativas, sendo num total de 28% (1º ano adiantado), 20% (3º ano), 18% (4º ano) e 15% (5º ano). A análise geral do quadro I, revela que dos alunos que compareceram para os exames de promoção e finais 68% foram aprovados e 32% reprovados.

Em relação as séries escolares, a análise das atas dos exames dos anos de 1949 e 1951, evidenciam que: os alunos do 1º ano atrasado (1950) foram promovidos para o 1º ano adiantado (1951); os alunos do 1º ano adiantado (1950) eram alunos do 1º ano atrasado (1949) e foram promovidos para o 2º ano (1951); os alunos do 2º ano (1950) eram alunos do 1º ano adiantado (1949) e foram promovidos para o 3º ano (1950); os alunos do 3º ano (1950) eram alunos do 2º ano (1949) e foram promovidos para o 4º ano (1951); os alunos do 4º ano (1950) eram alunos do 3º ano (1949) e foram promovidos para o 5º ano (1951); e por fim, os alunos do 5º ano (1950) eram alunos do 4º ano (1951) e após concluírem o 5º ano, recebem o diploma do curso primário. (GRUPO ESCOLAR, 1949; GRUPO ESCOLAR, 1951).

As atas de exames e promoções nos mostram a identificação de todos os alunos que estavam presentes no dia dos exames finais, o que nos possibilitou fazer uma análise comparativa das aprovações e reprovações entre os meninos e as meninas. Os dados estão indicados nos quadros II, III, IV, V, VI, VII e VIII.

Quadro II- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 1º ano atrasado - 1950

1º ano atrasado	Meninos		Meninas	
Presentes	38	100%	23	100%
Aprovados	21	55	13	57%
Reprovados	17	45%	10	43%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

Dos alunos do 1º ano atrasado que compareceram para a realização dos exames, 55% dos meninos foram aprovados e 45% reprovados, enquanto as meninas 57% aprovadas e 43% reprovadas. Assim, o número de meninas aprovadas foi maior que os meninos.

Quadro III- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 1º ano adiantado - 1950

1º ano adiantado	Meninos		Meninas	
Presentes	17	100%	14	100%
Aprovados	13	76%	10	71%
Reprovados	4	24%	4	29%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

No 1º ano adiantado o número de meninos aprovados foi de 76% e de meninas 71%, ou seja, o índice de maior aprovação foi entre os meninos, consequentemente o maior índice de reprovação foi entre as meninas nessa série.

Quadro IV- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 2º ano - 1950

2º ano	Meninos		Meninas	
Presentes	13	100%	10	100%
Aprovados	8	62%	7	70%
Reprovados	5	38%	3	30%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

No 2º ano as meninas tiveram um maior índice de aprovação (70%), enquanto os meninos tiveram 62%, consequentemente o número de meninos reprovados foi maior que o número de meninas.

Quadro V- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 3º ano - 1950

3º ano	Meninos		Meninas	
Presentes	12	100%	8	100%
Aprovados	8	67%	8	100%
Reprovados	4	33%	-	-

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

No 3º ano 100% das meninas foram aprovadas e 67% dos meninos. O índice de reprovação entre os meninos foi de 33%.

Quadro VI- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 4º ano - 1950

4º ano	Meninos		Meninas	
Presentes	6	100%	11	100%
Aprovados	6	100%	8	73%
Reprovados	-	-	3	27%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

No 4º ano o índice de aprovação entre os meninos foi de 100%, não havendo reprovações, as meninas 73% foram aprovadas. Consequentemente o maior índice de reprovações nessa série, foi entre as meninas, sendo de 27%.

Quadro VII- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 5º ano - 1950

5º ano	Meninos		Meninas	
Presentes	7	100%	6	100%
Aprovados	7	100%	4	67%
Reprovados	-	-	2	33%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

Os alunos do 5º ano tiveram um índice de 100% de aprovação entre os meninos, e as meninas 67%. Posteriormente o maior índice de reprovação dessa série foi entre as meninas, sendo de 33%.

Quadro VIII- Meninos e meninas presentes, aprovados e reprovados 1º ao 5º ano - 1950

1º ao 5º ano	Meninos		Meninas	
Presentes	93	100%	72	100%
Aprovados	63	68%	50	70%
Reprovados	30	32%	22	30%

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

No cômputo geral, o maior índice de aprovação foi entre as meninas, sendo de 70% e enquanto entre os meninos foi de 68%. Desta forma, o maior índice de reprovação foi entre os meninos, 32% e, menor entre as meninas, que foi de 30% (empate técnico). Do total de alunos do grupo escolar que compareceram para a realização dos exames de promoção e finais, temos 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino.

Foi possível analisar as médias obtidas pelos os alunos nos exames, através da média dos alunos, fizemos a média geral para cada turma em que o houve esse registro e os dados se encontram no seguinte quadro:

Quadro IX- Média dos meninos e meninas aprovados e reprovados - 1950

Média dos alunos	1º ano atrasado	1º ano adiantado	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Meninos aprovados	78,7	67,3	70,3	77,7	66,1	65,8
Meninas aprovadas	76,2	69	75,8	83,6	73	57,5
Meninos reprovados	-	32,5	38,2	34,7	-	-
Meninas reprovadas	-	32,2	35,6	-	35	-

Fonte: Ata Grupo Escolar João Mendes, 1950

Analizando o quadro IX, referente às médias dos meninos e meninas aprovados, os dados revelam que no 1º ano atrasado e no 5º ano a média dos meninos aprovados foi superior à média das meninas aprovadas, tendo os meninos a média de 78,7 e as meninas de 76,2 no 1º ano atrasado e no 5º ano os meninos tiveram a média de 65,8 e meninas 57,5. Do 1º ano adiantado ao 4º ano os meninos obtiveram as médias inferiores em relação as meninas, a média dos meninos variaram de 66,1 a 67,3 e a média das meninas de 69 a 86,3.

No que se refere a média dos alunos reprovados, os dados indicam que no 1º ano adiantado e no 2º ano a média dos meninos foi superior à média das meninas, sendo no 1º ano adiantado a média dos meninos 32,5 e meninas 32,2; já no 2º ano a média dos meninos foi de 38,2 e meninas 35,6. No 3º ano não houve reprovação de meninas, a média dos meninos reprovados foi de 34,7. No 4º ano não houve meninos reprovados, a média das meninas foi de 35. Em relação ao 1º ano atrasado, os registros nos indicaram as médias dos alunos. De acordo com os registros o 5º ano não teve nenhum aluno reprovados.

Ao final do ano letivo, um dia era dedicado para as promoções dos alunos e para a entrega dos diplomas do curso primário. No dia do encerramento, de acordo com registro do documento, a entrega das promoções e diplomas dos alunos foram feitas no salão de festas do Grupo Escolar, com a presença do prefeito da cidade, do padre, da diretora e de todo o corpo docente e discente referidos na ata. (GRUPO ESCOLAR, 1950). De acordo com o Art.96 era obrigatória a presença dos alunos no dia do encerramento do ano letivo. (GOIAZ, 1949).

Considerações finais

Por meio da pesquisa foi possível verificar que a criação dos grupos escolares no país e em Goiás, foi uma inovação educacional do período republicano, contribuindo para a construção da identidade nacional por meio da educação popular.

O modelo educacional usado para a criação dos grupos escolares em Goiás, como visto, foi o modelo paulista, sendo a região onde foram criados os primeiros grupos escolares representando, assim, o modelo ideal para o estado. Em 1937, foi criado o Grupo Escolar João Mendes em Corumbá de Goiás, sendo este o primeiro grupo criado na cidade.

No que se refere a avaliação da aprendizagem através da análise das atas dos exames de 1950 foi possível conhecer melhor como era a organização do sistema de avaliação do grupo escolar no período delimitado para a pesquisa. Os alunos eram avaliados mensalmente por seus professores e recebiam mensalmente um boletim, que continha suas notas de aproveitamento e comportamento, bem como sua frequência às aulas e trabalhos e outras anotações, e por fim, ao final do ano letivo, eram realizados os exames finais e de promoções, que deveriam acontecer entre o 1º e 15 de dezembro, em que os alunos eram avaliados por uma banca examinadora designada pela diretora juntamente com a mesma. Levando em consideração o Regulamento do Ensino Primário de 1949 os exames do Grupo Escolar João Mendes eram avaliados em notas de 0 a 100 e, através destes foi possível perceber que os alunos eram promovidos se obtivessem a média igual ou superior a 50 e reprovados com a média igual ou inferior a 49, os dias da realização dos exames deveria ser do 1º ao 15 dia do mês de dezembro, o que foi cumprido no grupo escolar no ano de 1950, sendo realizados do 1 a 12 de dezembro.

Através desse estudo não se sabe ao certo o número total de alunos matriculados no Grupo Escolar João Mendes de 1949, pois não há o registro de número de alunos matriculados no 5º ano, mas levando em consideração o número de alunos presentes no dia dos exames, o grupo contava com aproximadamente 170 alunos. Em relação as aprovações e reprovações no Grupo Escolar “João Mendes” em 1950, o índice de reprovações foram maiores no 1º ano atrasado e no 2º ano, do total

de 170 alunos, foram aprovados cerca de 70% dos alunos e reprovados cerca de 30% dos alunos, o que mostra um grande índice de reprovação. O maior índice de aprovação foi entre as meninas, sendo de 70% e entre os meninos 68%, quanto as reprovações, 32% os meninos e 30% meninas. No que se refere a média dos alunos aprovados, a média das meninas foi superior ao dos meninos, sendo de 72,5 e os meninos 70,9. Observa-se também que o número de alunos matriculados decresceu de acordo com o avançar das séries, o que evidencia um grande índice de desistência e reprovação no referido Grupo, no ano de 1949.

Os resultados encontrados não permitem uma análise mais detalhada da avaliação da aprendizagem do Grupo Escolar “João Mendes” no ano de 1950, uma vez que não foram detalhadas as disciplinas avaliadas, nas quais eram feitas as médias dos alunos dos exames; contudo, permitiram uma maior compreensão de como era avaliação da aprendizagem e como os resultados refletem na continuidade da vida escolar dos alunos, o que possivelmente ocasionava a evasão escolar

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de Abreu. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. [Tese de Doutorado]. Programa de Educação: História. Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ALVES, Míriam Fábila. A escolarização em Goiás nos anos de 1920: as escolas isoladas e o grupo escolar. **Sociedade Brasileira de História da Educação**. 9 a 12 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n.8529 de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CURADO, Ramir. **Tempos Históricos: Corumbá de Goiás dos primórdios à atualidade**. Edição Editora Anápolis. 2014.

GOIAZ. Regulamento do Ensino Primário do Estado de Goiaz. **Diário Oficial Estado de Goiaz**. Ano 112. Goiânia, 5 de fevereiro de 1949. (Arquivo Histórico Estadual de Goiânia).

GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES. **Ata dos exames finais e promoções- 1949**.

GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES. **Ata dos exames finais e promoções- 1950.**

GRUPO ESCOLAR JOÃO MENDES. **Ata dos exames finais e promoções- 1951.**

ORIGEM DA ESCOLA. **A criação do Grupo Escolar “João Mendes” Corumbá de Goiás/GO [197-?].**

SILVA, Vivia de Melo. O ideário educacional republicano e a implantação dos grupos escolares no Brasil: uma leitura. **XVII Encontro Estadual de História- ANPUH-PB**, 18 a 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** A invenção dos Grupos Escolares. São Paulo. Editora Uniesp, 1998.

Submissão: Jun. 2020

Aprovado: Dez. 2020